



# COGNITIO

Revista de Filosofia  
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2024  
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2024v25i1:e65972>

## DEPOIMENTO

### Giannotti, Marx e o projeto filosófico uspiano para o país: por um segundo passo<sup>1</sup>

*Giannotti, Marx and the Uspian philosophical project for the country:  
for a second step*

José Crisóstomo de Souza\*  
josecrisostomodesouza@gmail.com

*Sou das últimas gerações mais ou menos  
assassinadas pela história da filosofia*

**Deleuze**

Meu primeiro contato com a “filosofia da USP” deu-se nos idos de 1969, quando sua pós-graduação, a primeira do Brasil, nem credenciada estava. Eu andava pela graduação da UFBA, quando por aqui aportaram os uspianos José Arthur Giannotti e Oswaldo Porchat Pereira, de mãos dadas, trazendo-nos a boa-nova da formação em filosofia como “leitura interna”, “técnica”, “estruturalista”, da obra do grão filósofo histórico-canônico. Daqui eles levariam dois promissores recém-graduados para se formarem no novo método, que voltariam para ser professores, um dos quais meu irmão Vitor, que nunca imaginou tamanha ascensão.

Adiante, entenderíamos essa visita como uma extensão da famosa Missão Francesa que implantou a filosofia da USP, Giannotti e Porchat como pais fundadores nacionais, que estudaram na França com os estruturalistas Gaston Granger, Martial Guérout e Victor Goldschmidt.<sup>2</sup> Este último o autor de “Tempo Lógico e Tempo Histórico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos”, um brevíssimo texto que bem pode ser tomado como epítome da nova receita, da filosofia como história da filosofia, exemplarmente filosofia de sistema. Uma receita aparentemente mais conservadora, classicista, do que propriamente inovadora, para, entretanto, promover a passagem da filosofia nacional ao nível internacional, presente, dos países metropolitanos.<sup>3</sup>

Como me lembro, os professores uspianos mencionados pelo mano, todos admiráveis, incluíam ainda Marilena Chauí, Gilda de Mello e

Recebido em: 04/04/2023.

Aprovado em: 29/04/2023.

Publicado em: 02/05/2024.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

- 1 Por ocasião dos 90 anos da USP e de sua FFLCS, este depoimento celebra essa data, e também a memória de Giannotti, por seu destacado papel em parte desse percurso.
- 2 No seu “Testemunho”, de 2017, sobre Gaston Granger, orientador de Giannotti, o saudoso colega Arley Moreno bem põe o autor francês, para ele “um dos professores de filosofia mais influentes da USP”, no campo da “virada estruturalista” francesa, sem hesitação e com destaque (cf. A Brief Testimony, *South American Journal of Logic*, v. 3, n. 1, p. 141-143, 2017).
- 3 Desde já, não tenho nada contra história da filosofia, nem contra estudo especializado de autor canônico, nem contra o interesse de ambas as coisas para quem quer *fazer filosofia*. Isso, entretanto, não acho que recomende tomar uma coisa pela outra, ou alegar, nesse espírito, que a essa altura nossos convencionais comentários de filósofos europeus, segundo o novo método, já têm alguma coisa de original e brasileiro.

\* Universidade Federal da Bahia.

Souza e Bento Prado Jr. “O pessoal é de esquerda, mas não propriamente marxista, antes marxólogo”, me dizia Vitor, que escolheu estudar Nietzsche, um filósofo que, sob a Ditadura de 1964, poderia cumprir papel de Marx, essa era uma ideia. Tal como também poderiam cumpri-lo, em alguma medida, outros expoentes da filosofia europeia, a montante e a jusante do autor d’*O Capital*. Afinal, Marx, mais canônico do que se imagina, pretende representar a realização da tradição filosófica inteira, não sua supressão, não é mesmo?

Desde então, fui-me inteirando da “filosofia da USP”, do perfil de seus estudiosos representantes, do seu modelo de trabalho, da sua discussão - mais havida do que assumida. Só bem mais tarde pude fazer pós-graduação em São Paulo, entre Unicamp e USP, após o longo interregno em que fui enfrentar a Ditadura (depois do AI-5, não havia como não),<sup>4</sup> *pro domo mea* mesmo. Entre prática política, democrático-popular, e teoria correlata, não-acadêmica, foi uma ótima escola, num período em que, apesar de tudo, deu também para participar da SEAF, Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, nacional, fundada em 1976, de intenção menos estruturalista, com José de Anchieta, Olinto Pegoraro, José Chasin, Marilena Chauí, e outros tantos.<sup>5</sup> Entrementes, como ganha-pão, segui trabalhando no que dava, que isso é igualmente formador, como extração social também é. Por fim, felizmente, ainda nesse período, pude, do lado público, trabalhar no Centro de Estudos e Ação Social, sediado em Salvador, e no semanário político nacional *Movimento*, com sede em São Paulo. Em 1978, fui convidado, por meus ex-professores, para o cargo de “professor colaborador”, na UFBA, para ser, logo em seguida, denunciado ao SNI e cassado.

## 1 O método/ideário franco-estruturalista e sua difusão nacional brasileira

Foi daquela primeira visita de Giannotti que guardei sua metáfora, quase mística, para o novo método: “Fundir-se com o filósofo canônico estudado, a ponto de vesti-lo como sua própria pele”, o que envolveria, depois, “o difícil desafio de despi-lo” – para então, finalmente, fazer filosofia. Quer dizer, uma abstinência formadora, uma verdadeira ascese, pois não, da qual fazia parte não perguntar pela verdade material do Autor, não achar nada por si mesmo, não antes daquele remoto, nunca destrinchado, segundo passo. Uma metáfora, aquela, que, como entendo, antecipava o dilema com que depois se debateria, e ainda hoje se debate, nossa comunidade filosófica acadêmica.

Em 1983, sobrevivente e matriculado na Unicamp, cuja modelo de seleção mais se afastava do que o colega Vladimir Safatle, com razão, criticou como “filiação” (Coluna Anpof, 19/10/16), comecei minha experiência filosófica paulista por uma visita a Giannotti, em sua casa, no Morumbi. Na ocasião, ele gentilmente me mostrou o manuscrito de seu ambicioso, marxiano, *Trabalho e Reflexão*, alegando, diante de minha cara embaçada, que “não são só os filósofos europeus que podem escrever que não se entenda”. Parabenizei-o; pelo menos essa parte estava assegurada. Por coincidência, naquele mesmo ano, sob a liderança de Giannotti, criava-se a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, ANPOF, que primeiro presidiu, e começavam seus memoráveis encontros bienais, que pude acompanhar, desde o início e por décadas.<sup>6</sup>

Junto com a Anpof, com grande respaldo de Capes, CNPq, Fapesp etc., começava a grande expansão nacional da pós-graduação em Filosofia, “a partir de um núcleo centralizado”, assim narra o colega Vinicius Figueiredo, “o que conferiu aos primeiros programas uma ascendência intelectual e institucional

4 O Ato Institucional n. 5, de dez. de 1968, consumou o endurecimento da Ditadura Militar de 1964.

5 Também em 1976, aos 32 anos, Vitor nos deixou, inconsoláveis, sem seu talento, quando traduzia os diálogos de Hylas e Philonous, de George Berkeley (1685-1753).

6 Alguns desses encontros, mais memoráveis, ocorreram na Bahia, sob a caprichada batuta, filosófica, do colega João Carlos Salles, meu ex-aluno, que orquestrou ainda, aí, o excelente Congresso Interamericano de Filosofia, de 2013.

sobre os demais” (Coluna Anpof, 27/07/2023).<sup>7</sup> Nesse núcleo estava ainda, por ex., a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, entretanto, mais diretamente alemã (pela imigração), mostrava-se filosoficamente menos inibida e sem o mesmo espírito missionário franco-paulistano. Dessa maneira, o núcleo do núcleo da expansão nacional dos programas foi mesmo a filosofia estruturalista da USP, hegemônica nesse processo, como difusora do – no dizer de Giannotti, sua liderança mais destacada – “projeto da terceira geração do Departamento” da USP, para o País inteiro.

Pois tratou-se de uma expansão marcada por “nossa diferença”, “nosso método”, na verdade um “ideário” completo. Para começar, expansão marcada por uma formadora “ênfase na leitura intensa das obras” (no geral, mais apologética do que crítico-apropriadora, eu diria), voltada fundamentalmente para “identificar suas articulações internas” (V.F., *op. cit.*). Daí resultou a orientação de monografias à la “grand thèse francesa” (Giannotti, “Depoimento”, 1999),<sup>8</sup> que deram conta, a seu modo, dos grão-filósofos canonizados, e resultou também uma valiosa “consolidação de um léxico filosófico, por meio de traduções cuidadas”. Nos termos assertivos de Giannotti, “estávamos interessados em criar uma língua filosófica brasileira” (*op. cit.* p. 232) – mais exatamente, eu diria, em traduzir para o português o vocabulário da filosofia clássica europeia, predominantemente a alemã.

Isso tudo deveria representar, em termos de formação, uma completa “ruptura”, no campo da filosofia, com nossos “bacharelismo e clericalismo” (V.F., *op. cit.*) – eu diria que atávicos, derivados da formação escolástica, colonial, do País. Daí resultaria também uma ruptura com a “história panorâmica” da filosofia (na qual depois, infelizmente, em nossos currículos de graduação, recaímos), e, como estaca zero, envolveria ainda o cancelamento de tudo que tivesse sido escrito em língua portuguesa. Mesmo que isso implicasse, como Giannotti admitiu depois, em “rejeitar a criatividade de um Oswald [de Andrade]” e “o ensaísmo e a inventividade de um Sívio Romero” (*op. cit.*)<sup>9</sup> – que ainda hoje continuam, no geral, ignorados pela nossa filosofia acadêmica.

Foi uma expansão que nos opunha, como ideário superior e trabalho mais profissional, 1) à direita, ao genericamente conservador, em parte envolvido com o Regime Militar, Instituto Brasileiro de Filosofia (1949), de Miguel Reale e companhia (“um excelente Reitor da USP”, dirá Giannotti depois), e a sua Revista, a *RBF*, entretanto razoavelmente pluralista. O IBF, um tanto primário em alguns de seus trabalhos históricos, tinha conexões internacionais mediterrâneas e latino-americanas, era também ligado em Kant, em culturalismo e em pensamento filosófico brasileiro. Sobre este nos legou larga pesquisa histórica, como os relevantes trabalhos de Antônio Paim, hoje sucedidos pela valorosa pesquisa do nosso colega Paulo Margutti.<sup>10</sup>

Foi uma expansão que nos opunha também 2), à esquerda, às filosofias anticolonialistas, histórico-contextualistas, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64), uma espécie de Instituto de Pesquisa Social (de Frankfurt), mais político e plural, que, em 1964, foi destruído (biblioteca e arquivos) pela Ditadura Militar. O ISEB era menos “metodológico” e “anticapitalista” do que a “filosofia da USP”, embora envolvido com um conjunto semelhante de referências teóricas, predominantemente alemãs, com a exceção, significativa, de Kant: Hegel, Marx, Dilthey, Weber, Husserl, Heidegger, e com mais autonomia em relação a elas.

Entre filosofia, teoria social e Brasil, tendo *alienação* como sua noção mais central, e desenvolvimento/emancipação, nacional e popular, como seu problema abrangente, alguns dos principais representantes filosóficos do ISEB foram Alberto Guerreiro Ramos, para Pitirim Sorokin um dos teóricos sociais mais

7 Cabe registrar que este nosso texto começou como um resumido contraponto à coluna de Vinicius, que acabou levando a uma produtiva troca de ideias entre nós.

8 Depoimento, em Bernardo & Mendes (org.), *Vilém Flusser no Brasil*, S.P.: Relume-Dumará, 1999, p. 227-235.

9 O novo método/ideário, também dito de leitura exegética, pretendia ainda, com razão, evitar interpretações “externas”, reducionistas, do texto, de tipo sociológico ou psicológico, mas não considerava a relevância do seu contexto – filosófico – de interlocução. Não só para sua interpretação, como também para sua simples tradução, mais rigorosas.

10 Ver, de Paulo Margutti Pinto, sua *História da Filosofia do Brasil*, em progresso, já com mais de um volume publicado pela Loyola.

importantes do séc. XX, Álvaro Vieira Pinto, o mestre desenvolvimentista de Paulo Freire, e Roland Corbisier, para o católico Alceu Amoroso Lima “uma das inteligências mais brilhantes da chamada geração modernista”. Com essas três vertentes, ISEB, USP, IBF, temos o que pode ser considerado como o rachado tripé da filosofia brasileira, da segunda metade do séc. XX, um tripé que deixa ainda muita gente interessante de fora. Ainda hoje, nem o negro/mulato Guerreiro Ramos, autor de *Redução Sociológica* (1958), resgatado na recente antologia *Negro Sou* (2023), entrou no mapa de nossa filosofia (ou “teoria”) acadêmica dominante, não obstante a moda “identitária” e “*décolonial*”, importada, do momento.

Nesse contexto, o uspiano e estruturalista “Seminário d’*O Capital*” (1958-1964), para alguns um capítulo brasileiro do Marxismo Ocidental, com Giannotti e Fernando Henrique Cardoso à frente, impressionaria nossos valorosos colegas das ciências sociais, por sua superior tecnicidade lógico-metodológica. Mais adiante, através desses colegas, ele contribuiria intelectualmente para a constituição, do lado “golberyano” da nossa redemocratização “lenta, gradual e segura”, de uma nova esquerda brasileira, “social-democrata”, PT/PSDB.<sup>11</sup> Uma esquerda que, aliás, ainda hoje, tem dificuldades para considerar a “questão nacional”, como também para assumir a mixórdia de relações de produção e sociabilidades que desde sempre as camadas populares brasileiras têm habitado, como Brasil Profundo. Pois *O Capital* nunca foi obra de orientação política, com tampouco seu correlato cripto-humanismo, genérico, foi. De todo modo, com apoio da Fundação Ford, o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), fundado em 1969, liderado por Giannotti, foi implantado na continuidade do referido Seminário, de onde sairia, por fim, um conhecido presidente da República, pelo PSDB, tanto quanto boa parte da intelectualidade do PT.

\*

Em São Paulo, a partir de 1983, entre Unicamp e USP, conheci o melhor do novo método/ideário filosófico paulista, que, em suas variações, até contradições, estava aí muito bem representado. Não muito impressionado, joguei o jogo laboriosamente, com grande proveito acadêmico, em segredo correndo atrás do “doutorado direto” (com dispensa do mestrado), o que acabou dando certo. Matriculado na pós de Filosofia Política da Unicamp, tive o privilégio de estudar com Luiz Salinas, Brum Torres, Luiz Monzani, Luiz Orlandi, Fausto Castilho, João Quartim, Carlos Alberto de Moura, Paulo Arantes, Michel Debrun e Marcos Müller, meu querido orientador e amigo, como os demais, adiante, amigos também. Os quatro últimos, mais o gaúcho Cirne Lima, compuseram a banca examinadora de minha tese de doutorado (500 ps., 6 línguas), em que procurei burlar o lado “etapista” e “internista” do método, por uma leitura, cerrada, mas crítica, de Marx, que dissimulava uma incipiente posição própria, e na qual (leitura) me bati com vários de seus mais conhecidos comentadores apologéticos.<sup>12</sup>

Para mim, uma leitura cerrada, que considere o contexto filosófico de interlocução, no caso, o jovem hegelianismo, e ainda o sentido da evolução de pensamento, pode dar em boa crítica imanente, e oferecer terreno para o desenvolvimento de um pensamento próprio, no meu caso a ideia de uma filosofia da práxis como poiésis, um materialismo prático-poiético, social-histórico. Giannotti também deu uma olhada ao jovem hegelianismo, no seu caso, particularmente, Feuerbach, enquanto eu me ocupei ainda de Strauss, Hess, Bauer (o mentor da juventude de Marx) e Stirner, estes dois últimos a quem Marx na prática deu enorme atenção filosófica, até mais do que a Feuerbach, cuja hermenêutica tradutora do Cristianismo Marx assimilou, para seus passos seguintes.

11 O General Golbery do Couto e Silva, uma espécie de eminência parda, intelectual, do Regime Militar, empenhou-se em influir na composição partidária da nova ordem política por vir, particularmente à esquerda, em sentido historicamente desenraizador. Giannotti, por seu lado, considerava essa esquerda demasiado marcada por um humanismo piedoso, dadas suas raízes particularmente católicas, o que mobilizou sua releitura de Marx, pelo menos inicialmente, para o lado da lógica. Depois, aparentemente, ele a considerou, no poder, ter algo de “estalinista”.

12 Creio que a partir daí encontrei um modo de fazer história da filosofia, crítica, produtiva, filosófica, como por ex. em meus *Dialectics and Drama: Nietzsche as a Young Hegelian and Maître à Penser* (*The European Legacy*, v. 28, 2022, p. 1-24), e *Marx and Feuerbachian Essence: Human Essence in Historical Materialism*, in Douglas Moggach (org.), *The Left Hegelians: New Philosophical and Political Perspectives* (Cambridge U. Press, 2005, p. 242-260). Como também o fiz em vários outros artigos, em português, majoritariamente sobre hegelianismo de esquerda e Marx, mas não só, e, em parte, no meu crítico *O Avesso de Marx*, agora no prelo, que, porém, tem outra natureza.

Se o rol de meus professores, acima, sugere uma quantidade exagerada de disciplinas que tive de cursar, ainda mais considerando que fiz mais de uma com alguns deles, e se quiserem achar que isso teve a ver com o fato de eu, nascido mineiro, estar chegando do Nordeste, ter “militante” (para não dizer outra coisa) escrito na testa, e não ter jeito de paulista, devo dizer que essa terá sido a mais benfeitoria discriminação que já sofri na vida. Uma que, aliás, logo mudou da água para o vinho, o que não me impediu de seguir brincando que a Unicamp, quanto ao *ethos* inspirador de sua prática filosófica, tinha trocado Atenas por Esparta. Digo brincando porque sou muito favorável ao trabalho duro em filosofia, que não é a mesma coisa de “pedagogia do opressor” ou “tirania do método”, com que alguns maldaram de se referir aos modos formadores do Prof. Giannotti. O perfil linha-dura da Pós em Filosofia Política da Unicamp (a nossa foi a primeira turma), que não tinha a ver com Giannotti, e que não encontrava paralelo na pós da USP, no geral mais relaxada, provinha da outra banda da Pós, a de Lógica, Epistemologia e Filosofia da Ciência, implantada por Oswaldo Porchat Pereira, em 1977.<sup>13</sup>

O certo é que tratei de estudar, e pela primeira vez tive bolsa para tanto, quatorze e mais horas no dia, após o que ainda dava, no fim de semana, para pegar a bicicleta, a uma da manhã, e chegar dançando na festinha rock da vez, do distrito de Barão Geraldo (onde fica a Unicamp), na qual, por coincidência, em português, só tocavam Punk da Periferia, de Gil, e Eclipse Oculto, de Caetano. Durante a semana, dava ainda para passar com os colegas no Bar do Posto (de gasolina), que apelidei de Bar do Giannotti, pois seu *Trabalho e Reflexão*, então em plena discussão municipal, caprichava na reiterada conjugação do verbo “pôr” (*setzen*), do idealismo transcendental alemão e do materialismo hegeliano de Marx. Depois voltaremos a esse reflexionante pôr/ser-posto, mais a sério.

## 2 Giannotti, Marx e a construção estrutural-kantiana da filosofia nacional.

Como entendo, pelas décadas seguintes, a “filosofia uspiana”, leitora, erudita, histórica, ensaiaria ficar mais interessante, questionadora, produtiva. Primeiro, nosso gentil mestre Porchat anunciou, refundante, que, agora homem comum, faria uma filosofia à medida da vida comum, não mais história goldschmidtiana de filosofia de sistema. E que finalmente – *voilà* um tentativo segundo passo! – treinaria seus alunos em argumentar e elaborar, filosoficamente, sobre questões e temas, mais do que sobre Autores. Marilena Chauí, “morro acima, ao horizonte”,<sup>14</sup> alcançou fazer, na prática, filosofia política democrática, contemporânea, não-sempiterna. Carlos Alberto R. de Moura empurrou a filosofia perene de Guérout e Goldschmidt, seu “passado como presente”, para o lado da “história *stultitiae*”. Paulo Arantes expôs, como filosofia de comentário, o trabalho do uspiano – conforme deboche de Foucault - “departamento francês de ultramar”. Ricardo Terra sugeriu chegar mais perto do presente, pela consideração das recepções posteriores do filósofo histórico “estruturalmente” estudado, e, quanto a ensaísmo, aconselhou tomar como modelo Theodor Adorno. Por fim, Ricardo Musse entendeu que nossos filósofos acadêmicos mais “excelentes”, Balthazar Barbosa à frente, além de pouco produtivos, exibiam competência de simples graduandos quando interpelados sobre assuntos temáticos.<sup>15</sup>

Tudo essa rebeldia, entretanto, me parece caiu sempre de volta, apesar de tudo, na consagração da autoridade incontrastada do Autor sempiterno, clássico ou moderno, que poderia ser Marx, para alguns

13 Melhor dizendo, sua matriz institucional foi o CLE, Centro de Estudos de Lógica e Epistemologia, de inserção internacional, ao qual a pós-graduação do mesmo nome estava vinculada. A referida linha-dura, dos dois lados da Pós da Unicamp, incluía “a carta”, de desligamento do Programa, que qualquer aluno a qualquer tempo poderia receber, à discrição dos professores, mesmo tendo notas de aprovação nas disciplinas do curso.

14 Com o aspeado, faço menção a uma encantadora dedicatória, da bela tese de livre-docência, da USP, de cuja banca examinadora participei em 2013.

15 Olgária Matos seguiu fazendo ensaísmo cultural benjamino-frankfurtiano. Olgária integrou a eclética banca que me aprovou professor titular (com concorrência), em 1998, que teve ainda, como membros ilustres, Quartim, Arley, Francisco Pinheiro e Antônio Paim.

até deveria, como crítico absoluto do Capitalismo e/ou, Adorno somado, filósofo absoluto da História (História da Filosofia, inclusive) do nosso tempo. Com isso, o esperado segundo passo/etapa ainda ficaria parado no ar, sem método ou ideário próprios, e nossa formação e vezo filosóficos seguiriam basicamente os mesmos. Como atesta o querido prof. Franklin Leopoldo e Silva: “Fui formado para ser professor de História da Filosofia, não filósofo; portanto, não tem filosofia, eu não faço filosofia” (entrevista a *Trans/Form/Ação*, 36 (1), 04/2013).<sup>16</sup> Aliás, com respeito às restrições à filosofia, corria também, entre alguns dos professores, para além da diretiva de não se meter a filosofar, a máxima de que “a filosofia não tem relação com a realidade”.

Dentre os colegas, porém, Giannotti foi corajosamente adiante, com seu projeto filosófico tentativamente autoral, e com um questionamento mais radical, ou não, do tal método/ideário. Em 1999 (*op. cit.*), ele desacreditava da redução do filosófico à “disciplina do texto” e à “alienação no Autor”, proclamava que “o departamento [da USP] se esgotou”, que “esse pensamento técnico se transformou num engessamento do pensamento”, e sugeria que seus alunos “abandonassem a *grand thèse* francesa” e “procurassem o [antes execrado] ensaísmo”.<sup>17</sup> E, sobre o espírito do seu projeto, em entrevista de 1995, Giannotti não mordeu a isca que o jornalista lhe jogou: “Seria provincianismo imaginar que estávamos começando a produzir cultura no Brasil”, disse ele.<sup>18</sup> Ah, bom!

Agora ecumênico, Giannotti reconhecia o imigrado Vilém Flusser como filósofo, coisa que bem antes fizera o pessoal do IBF, do qual, Giannotti agora entendia, “tínhamos uma visão chapada”. Com o que posso concluir, *a fortiori*, que, também do ISEB, cujas preocupações Giannotti aqui e ali parece que recupera, tivemos uma chapadíssima visão. Posso concluir ainda, diante da demora daquele reconhecimento de Flusser, filósofo de primeiríssima, internacionalmente reconhecido, que, com o método/ideário estruturalista, não lograríamos reconhecer um filósofo, quando vissemos um, quanto menos conseguiríamos produzi-lo. Depois daqueles seus questionamentos, em todo caso, podemos nos perguntar até onde chegaria a crítica de Giannotti ao método-ideário, e especular sobre o que ele ao final proporia nesse terreno, depois do seu “esgotamento”, agora em compasso com os surpreendentes “velório da lógica” e “crítica da racionalidade” que por fim abraçaria, no seu livro derradeiro (2020), de Heidegger e Wittgenstein.

Creio que o mais significativo permanece, contudo, que nenhum outro representante, do lado do novo movimento/ideário, buscou expressamente, como o bravo Giannotti, chegar a uma construção filosófica própria, como um paradigma inteiro, no caso pela via de uma suposta atualização, lógica e política, d’*O Capital* de Marx, sempre, para ele, o pensamento insuperável do nosso tempo.<sup>19</sup> Uma atualização que, entretanto, começaria, no *Origens da Dialética do Trabalho* (1966), por “estudar Marx como [o estruturalista] Guérout comentou Descartes” (G. Lebrun), o que entendo marcaria, por um viés estrutural-formalista, ainda reverente, todo o seu desenvolvimento filosófico posterior. Giannotti seguiu lógico-transcendental quase até o fim, enquanto seu escrutínio, de intenção deshegelianizante, desrevolucionarizante, da dialética de Marx, lhe elevaria a visados cumes de tecnicidade e dificuldade “alemãs”, e, no final, paradoxal e transmodernamente, a Martin Heidegger.<sup>20</sup>

16 A confissão de Franklin Leopoldo coincide com a de Gilles Deleuze, que, entretanto, por francês metropolitano, conseguiu, a seu modo pós-estruturalista, superar, por um segundo passo seu, a “maldição”: “Sou de uma das últimas gerações que foram mais ou menos assassinadas pela história da filosofia” (*Pourparlers*, Paris: Minuit, 1990, p. 14).

17 Sobre a formação para esse passo ao ensaísmo, nenhuma elaboração metodológica, que eu conheça, foi oferecida pelo nosso estruturalismo, enquanto, de outro lado, ainda em 2011, Giannotti recordava com aprovação: “[C]om meus mestres aprendi que os textos da filosofia devem ser estudados em vista de suas próprias estruturas” (*Lições de Primeira Filosofia*, Cia. das Letras, p. 12.). Os comentários favoráveis, dessa ou daquela obra de Giannotti, ou mesmo sua própria apresentação delas, começam por dizer que o livro pode parecer estudo exegético, estrutural, de filósofo metropolitano, mas é na verdade trabalho original, de filósofo. Entretanto, não se encontra por aí o mesmo esclarecimento, sobre trabalhos de filósofos de outras comunidades nacionais, mundo afora.

18 Cf. Giannotti no *Caderno MAIS da Folha de São Paulo*, de 2 de abril de 1995.

19 Tomando Giannotti, e sua particular pretensão, como guia para o desenvolvimento do assunto filosófico brasileiro, não estou desconhecendo todo mundo mais, rebelde ou não, uspiano ou não, que a vários títulos também poderia ter seu perfil produtivamente estudado.

20 A propósito, essa fixação alemã é, paradoxalmente, coisa francesa, do mesmo modo que, diga-se de passagem, o desinteresse pela filosofia anglo-saxônica, especialmente, a norte-americana, analítica, pragmatista ou qual seja. Não há por que entrarmos nessa.

Nesse itinerário, para seu segundo passo, Giannotti fez valer o curioso postulado de que a melhor filosofia deve corresponder à “mais avançada” lógica do seu tempo, logo Ludwig Wittgenstein (kantianizado), cuja difusa noção de “jogo de linguagem” ele tratou de magnificar. Com o que, por resultado, teríamos agora *O Capital* remasterizado, bem como Marx mais secularizado, em relação ao suposto misticismo lógico de Hegel.<sup>21</sup> Mais adiante, com Wittgenstein e Heidegger, porém, teríamos, ainda, quase que uma completa “virada prática” na filosofia, que, no entanto, como entendo, pela pista falsa que ele tomou de saída, foi um resultado que Giannotti entreviu, mas não teve como consumir. Haja vista seu percurso inteiro, inconcluso, desenvolvido em livros restantes, destacadamente, pela ordem: *Apresentação do Mundo* (sobre Wittgenstein, 1995), *Certa Herança Marxista* (2000), e *Heidegger/Wittgenstein: Confrontos* (2021). Sobre esse percurso, adianto a tirada brincalhona que Vinicius ofereceu para seu fecho: “Mas, Giannotti, 60 anos para chegar ao bom-senso?” Tanta “técnica” por nada, pois, ao final, a montanha, como no budismo zen, é mesmo apenas uma montanha.

Sai a dialética hegeliana, entra a gramática, wittgensteiniana, do Capitalismo, por um passo em que Giannotti acompanha, a seu modo estrutural-kantiano, a generalizada virada linguística das filosofias metropolitanas, nisso seguindo os passos de seu mestre Gaston Granger.<sup>22</sup> Nisso seguindo ainda o usual cancelamento, linguocêntrico, estruturalista, das “filosofias do sujeito”, e, logo, o cancelamento do correspondente “pôr” (*setzen*), que impera em *Trabalho e Reflexão* (1983). Por fim, o desenvolvimento final de Giannotti vai ecoar, mas de modo evasivo, certo movimento pragmatizante daqueles dois filósofos super-maiorais, cuja inusitada aproximação, aliás, de um ao outro, por terceiros, tornou-se das mais usitadas da filosofia de nossos dias.

Fosse menos lógico-transcendental, menos kantiano-estrutural, Giannotti teria se interessado pela virada pragmatista – primeiro peirceana, depois deweyana – da teoria crítica alemã (Habermas, Honneth, em particular Jaeggi), essa, sim, apesar de suas hesitações, uma completa mudança de paradigma, que pelo menos pôde deixar para traz a estéril complicação adorniana.<sup>23</sup> Poderia ter-se interessado ainda pela virada prática, anti-representacionista, da filosofia (pós-)analítica, para além do positivismo e do empirismo dogmáticos, que Giannotti centralmente quis, desde o começo, combater. Essa segunda, aliás, uma virada que resultou, com Richard Rorty, pós-kantianamente, numa mais acabada combinação deflacionista, linguocêntrica, de Wittgenstein e Heidegger, sem lógica e sem ontologia.<sup>24</sup> Por último, como sugiro adiante, Giannotti poderia ter feito coisa ainda melhor, acho eu, na linha de uma filosofia da práxis como poiésis, materialista, prática, não-representacionista, não-linguocêntrica.<sup>25</sup>

Entrementes, no seu revisionismo de Marx, nosso filósofo não alcançava entender a 1ª tese “ad Feuerbach”, do autor d’*O Capital*, que ele traduziu ao contrário; tampouco entendeu a famosa 6ª tese, cujo sentido procurou esclarecer por uma complicação lógica desnecessária. E, estrutural-formalista, ainda se equivocava sobre a permanência da noção de essência (humana) em Marx, coisa central e decisiva, na verdade estruturante, no pensamento deste. Perdeu assim boa chance de reconstruí-lo, desmetafisicado e materialista, artefactual, não discursivo, melhor do que Habermas. Por fim, plausivelmente, Giannotti atribuía as falhas da sua tradução do *Tractatus* ao fato de que “ainda não conhecia o panorama em que

21 Sobre sua preferência para a abordagem de Marx, na verdade d’*O Capital*, Giannotti esclarece surpreendentemente: “Dada minha formação lógica, eu não podia senão recusar a leitura antropologizante de Marx” (Entrevista, *Transformação*, v.1, p. 25-36, 1974). Ora, o inegável humanismo dialético do Marx maduro, para bom entendedor, põe a essência (humana) justamente da maneira que prescreve a lógica dialética de Hegel, ontológica e emancipatória (sic), também conhecida como “álgebra da Revolução”.

22 Granger estruturalista, nos termos de Arley, “constrói seus caminhos de acordo com o importante movimento filosófico chamado de virada linguística” (op. cit., p. 142), e tem como “principal característica”, de seu método de leitura estrutural, “a construção de uma nova versão do conceito kantiano do Transcendental”, que se torna o “fio condutor” de suas leituras filosóficas, descritivas e comparativas. A esse fio, Granger acrescenta certa noção de “trabalho”, imaterial, mental, “para incorporar algum movimento ao conceito de sistema estrutural” (op. cit., p. 141).

23 Sobre esse desenvolvimento da Teoria Crítica, vale dar uma olhada ao meu Materialismo Prático-Poiético, Marxismo Humanista, Teoria Crítica, em JCS (org.), *Filosofia Ação Criação*, Salvador, Edufba, 2021.

24 Para uma recapitulação dessa virada, ver nosso *Filosofia, Racionalidade, Democracia: O Debate Rorty-Habermas* (São Paulo, Ed. Unesp, 2005), mais exatamente a minha Introdução, junto com seu generoso endosso, da parte de Porchat, na quarta capa do livro.

25 Para um primeiro enquadramento dessa alternativa, ver meu Nem Rorty, nem Habermas, Nem Marx, *Revista Ideação*, N. 41, Janeiro/Junho 2020, p. 254-266. Em inglês: Towards a Practical-Poietic, Materialist, Philosophical Point of View, *Transcience*, Univ. of Berlin, v. 10, issue 1 (2019).

o autor estava inserido”, quer dizer, de que ignorava, a respeito do *Tractatus*, o desprezado contexto de interlocução, coisa que obviamente nenhuma “leitura interna” lhe daria.

Esclarecendo um pouco mais o que acabo de dizer: Marx, na tese I, afirma que “a principal falha de todo materialismo anterior” está em “não apreender a realidade como subjetiva” (*[nicht als] subjektiv*). Enquanto Giannotti entende que Marx diz aí que tal falha está em apreendê-la “de um ponto de vista subjetivo” (*Marx*, Teses, Abril Cultural, 1974, p. 56), o que, por coincidência, é também um erro da tradução francesa. Note-se que não se trata de um problema apenas de tradução, mas de interpretação do pensamento de Marx, acerca do que é para ele a *realidade* como prática – subjetiva, ativa, material (*sinnliche*), humana. Sobre a questão da essência humana (e da famosa tese VI), a falha de Giannotti, que, como entendo, compromete seu projeto inteiro, já aparece no Prefácio à 2ª. Edição, de 1984, do *Origens da Dialética do Trabalho* (p. IV), onde, por uma leitura *lógica e filosoficamente* equivocada de Marx (que o respectivo contexto de interlocução teria lhe ajudado a prevenir), decreta o abandono, no pensamento deste, da ideia de um humano essencial, universal.

Quase ao final de seu itinerário, ainda enredado com alienação, fetichismo e ilusão social necessária, enredado até com Lukács, ao marxista Giannotti escapava o alcance pervasivo da problemática fundamentação normativa, crítica, de Marx, seu humano-medida.<sup>26</sup> Onde perdia também a oportunidade de, não apenas remasterizar, mas reconstruir, destrancendentalizado, tornado não-representacionista, mas não por via linguística, o materialismo prático-histórico, de Marx, com conclusões políticas menos singelas, quer dizer, menos “socialdemocratas”, distributivistas compensatórias *à la* Rawls, para o País. E minhas aspas aqui querem sugerir que faltam pressupostos sociais, materiais e mais, para social-democracia, em sentido próprio, no Brasil, o que não quer dizer que não sobre pressupostos para coisa mais interessante e viável do que ela, também melhor do que o neoliberalismo social, mitigado, que, com voos de galinha, acaba sendo sua verdade entre nós. De outro lado, a denominação/noção de “materialismo prático”, a que me refiro, é de Marx mesmo, para sua própria posição, na *Ideologia Alemã*, onde ele recorre também, uma última vez, para essa posição, à expressão “humanismo real”, que contempla o lado normativo-transcendental, artificialmente embutido por ele, histórico-dialeticamente, no primeiro.

### 3 Giannotti e a saída (*ausgang*) da filosofia clássica, estrutural, francesa.

O que pareceu que um Porchat não mais estruturalista faria (mas não fez), de uma só vez, num salto único, para a vida comum e a visão comum do mundo, para uma filosofia enfim destrancendentalizada, destecnicizada, quem sabe até coloquial, Giannotti chegou perto de fazer, por uma caminhada filosófica bem mais longa e complicada.<sup>27</sup> Para se desvencilhar das miragens místico-comunistas de Marx, o Giannotti da medida e da regra deveria ter de saída entendido que a *medida* real *d'O Capital* (aí, tácita, apenas porque introduzida no devir lógico-dialético do real) é sempre seu humano-genérico, comunal, como se configura/devém, negado, nas atuais relações de produção, pela divisão de trabalho. N'*O Capital*, essa medida se configura justamente no chamado “nível da essência”, em oposição à medida falsa, perversa, da ilusória igualdade individualista-liberal, do “nível da aparência” (ainda que “real”), o da circulação.

26 Para uma apresentação condensada, do próprio Giannotti, do seu pensamento final, finalíssimo, no ano de seu falecimento, ver seu “Cartão de Visita: Da regra formal ao outro regulado”, entre uma outra lógica, indeterminante, e um outro, indeterminado, da lógica, entre Wittgenstein e Heidegger, em *Novos Estudos Cebrap*, ago. 2021, 210-224)

27 Percurso não é coisa que se jogue fora, que nesse sentido somos todos hegelianos, e Porchat também oferece o seu. Para uma abreviada introdução a sua virada destrancendentalizante e destecnicizante, ver meu *A Filosofia de Porchat: Techné, Neo-Pirronismo, Pragmatismo* (Coluna Anpof, 20/10/2017), ou, ainda, o Porchat: O Filósofo dos Homens Comuns e Professor Democrático de Filosofia (*Skepsis*, ano VIII, p. 22-38, 2017). Quanto ao percurso de Giannotti, você pode tentar: 1) de Vinicius de Figueiredo, *A Reflexão no Último Livro de Giannotti* (*Discurso*, v. 51, n. 2, 2021), 2) de Marcos Nobre, *O Filósofo Municipal, a Setzung e uma Nova Coalizão Lógico-Ontológica* e 3) de Luiz Henrique dos Santos, *Sobre o Transcendental Prático e a Dialética da Sociabilidade* (ambos em *Novos Estudos Cebrap* 90, 07/2011), e, por fim, 4) de Roberto Schwarz, *O Neto Corrige o Avô* (*Caderno Mais*, 04/3/2001).



Com tal entendimento, Giannotti escaparia mais completamente das miragens, marxianas, do fetichismo, da ilusão social necessária, e da alienação, joias do humanismo genérico de Marx, prediletas de dez em cada dez filósofos, que constroem montanhas de teoria crítica basicamente em cima daquele trechinho enganador d' *O Capital*, sobre os supostos mistérios metafísico-teológicos da mercadoria. E que o fazem para, por aí, liquidar criticamente, no atacado, toda a política, a cultura, a sociabilidade, vigentes, o mundo todo enfim, o moderno pelo menos. É também nesse humano-genérico, feito dialético segundo a lógica de Hegel, que Giannotti poderia ter encontrado o Espírito, hegeliano, que tanto quis exorcizar pela lógica formal. (São coisas, todas essas, que entendo deixo claro no meu *O Averso de Marx*, como um primeiro passo, apto a abrir adequadamente para um segundo passo, nisso Giannotti tem razão, de que nosso materialismo histórico precisa.)

Depois disso tudo, no nível filosófico mais geral, sobre o que pôr no seu lugar, para se livrar do peso essencialista-especulativo, lógico-dialético, de Marx, e para, ao mesmo tempo, desfazer-se de sua própria obsessão lógico-estruturalista, transcendental-kantiana, que até o fim não lhe desgruda, o que faltou a Giannotti foi, como materialista prático melhorado, entender, cabalmente, a prática humana, social-material, como base significadora e regradora para os seres humanos, suas sociabilidades e suas conceituações. Isso sem sujeito metafísico, sem representacionismos nem linguocentrismos, sem o simbólico como outro nível, sem, do mesmo jeito, plano transcendental/a priori, mesmo fraco. Por aí, Giannotti passaria do “ver como” de Wittgenstein (o ver não é suspeito para ele?), para um “tomar como”, social-sensível, e para uma intencionalidade não-consciencialista, não-mentalista, também social-sensível. No materialismo prático da gente, poético-pragmático, significação e normalização decorrem apenas do “emaranhamento prático-sensível”, entre nós próprios e com o mundo, artefactual, que se articula, vá lá, em modos interativos, reflexionantes, dialéticos, gramaticais, o que se queira, mais e menos gerais, porém sem ilusões ou ocultações estruturais que só uma Teoria Superior, de filósofo, decifre.<sup>28</sup>

Sai, assim, a linguagem, enquanto autônoma e primeira, entra a prática humana social significadora, e isso com melhores resultados não-representacionistas e não-relativistas, porque materiais, desde uma perspectiva sem nada de positivismo, mas, assim mesmo, *science-friendly*, também amiga esclarecida da técnica. Entra a prática como um “tomar [as coisas] como [x]”, que implica tomá-las pelo que “são” (não “em si”, mas na interação social sensível), de um jeito que não há significação linguística nem gramática que possam isoladamente transcender. Trata-se de um “tomar como”, ademais, que, no caso do animal humano, social, vai se desdobrar em um “pôr/ transformar/ produzir como” as próprias coisas, em um mundo humano (que é muito mais do que o suposto metabolismo, binariamente dialético, homem-natureza), como um conjunto e um movimento de objetivações, relações, formas de subjetivação, representação etc., que envolvem o animal humano num pôr/ser-posto que o ultrapassa.

Contra substancialismos, estruturalismos, linguocentrismos, e contra quietismos políticos também, a figura do *sujeito* aí se safa tranquilamente, não-metafísico, não-solipsista, não-mentalista, tanto quanto se safa um pôr (*setzen*) prático, nem subjetivo kantiano-fichteano, nem substancialista, marxiano-espinosano. A favor de Marx, diga-se de passagem, que, desde os *Manuscritos de 44*, ele tenta lidar com o problema com a fórmula (a ter seu substancialismo descontado) com que adverte Hegel: “O homem põe objetos porque é posto por objetos” – por “objetivações” também, deveria dizer. A partir daqui, não há por que não tratar de mexer, democraticamente, nas relações sociais-materiais, várias, produtivas, suas instituições, e nas várias gramáticas, vocabulários, descrições, correspondentes, que envolvam os seres humanos e suas sociabilidades. Sem esquematismos nem determinismos históricos, sem dualismo

28 Onde quer que vá, para além ou fora de buscá-la na crítica da economia política, à *la Marx*, n' *O Capital*, Giannotti trata de carregar consigo seu problema essencial, o da regra ou da medida, transcendental, nas práticas/interações humanas. Essa a verdadeira obsessão, disfarçada de lógica, de nosso filósofo, desde sua consideração do trabalho (em sentido econômico, mas aí como atividade humana essencial, determinante), até à consideração da ação e à prática em geral. Pois, para Giannotti, isso é o que faz a filosofia de verdade, técnica, estrutural, desde Kant; esse é o terreno próprio, que, para um kantiano, cabe ou resta.

de infraestrutura e superestrutura, sem essencialismos metafísicos, mas com, por que não, agora de modo melhor, interesses de democratização material, florescimento humano e solidariedade, sempre possíveis e viáveis, para muito além do status-quo que conhecemos.<sup>29</sup>

\*

E agora, depois de tudo isso? O que ficou do itinerário inteiro do nosso projeto uspiano-giannottiano, metodológica e filosoficamente ainda não bem arrematado, por um segundo passo? Depois dessa história toda, como que por um percurso ao mesmo tempo não cumprido, mas exaurido, por um dilema originário não enfrentado, os problemas da nossa filosofia acadêmica, genericamente falando, não sinalizam para ela a conquista de um “nível internacional”.<sup>30</sup> No geral, ainda estão longe de serem os de comunidades filosóficas metropolitanas que efetivamente produzem filosofia, mesmo que estas não sejam, para nós, completas maravilhas ou modelo inultrapassáveis. Não surpreende que, depois de tanto empenho, não tenhamos, dessa safra franco-estruturalista, nossos próprios filósofos cidadãos, como, *mutatis mutandis*, Charles Taylor, Vincent Descombes, Kwasi Wiredu, Gianni Vattimo, Hubert Dreyfus, Richard Bernstein, Rahel Jaeggi (fiz pós-doutorados com os três últimos).<sup>31</sup> Em vez disso – agora diante do desafio de rasas “variantes de proselitismo contemporâneo” (curiosamente também estruturalistas, languageiras, sem-sujeito, e apoiadas pela Fundação Ford), como um falso segundo passo – ainda exibimos, creio eu, o déficit de autonomia de pensamento e capacidade de elaboração, filosóficos, no qual aparentemente seguimos sendo formados.

Genericamente falando, nossa fuga da consideração crítica do pensamento importado (*memento* Guerreiro Ramos e Roberto Schwarz), e nosso receio de filosofar com autonomia sobre temas e problemas, apenas reproduzem – agora, em muitos casos, de modo supostamente não-eurocêntrico, anti-patriarcal, não-ocidental, até étnico – o mesmo *Magistri dixerunt*, fora de lugar, de sempre. Genericamente falando, passamos, quando passamos, da repetição da tradição norte-atlântica, dominante, à repetição de outras tradições, periféricas. Ou passamos, de repetir filósofos homens, metropolitanos, para repetir mulheres filósofas, metropolitanas. Sem fazer o que até (perdão pelo “até”) filósofos africanos, por nós agora resgatados, fazem: filosofia. Aparentemente se trata de não nos envolvermos com nossos esforços nacionais de pensamento, de não pormo-nos, criticamente, em relação com eles, para não pormo-nos, por aí, no caminho de ter que fazer alguma coisa própria, em vez de apenas repetir/assumir, passiva e acriticamente, tradições alheias.

Apesar disso, ao fim e ao cabo, temos ainda o projeto de nosso bravo e laborioso Giannotti, na ponta extrema de um desenvolvimento esgotado/inconcluso, para desmunicipalizar, concluir, criticar ou repor em melhores trilhos.<sup>32</sup> Quer dizer, temos a) sua surpreendente conversão/superação “gramatical” de Marx, supostamente adequada a nosso tempo e lugar, e temos as críticas da noção clássica de racionalidade, de Wittgenstein e Heidegger, a que ele ao final aderiu. Tanto quanto temos b) sua aparente disposição, metafilosófica, para refletir criticamente sobre o itinerário percorrido e sobre o estado da filosofia entre

29 Para uma explicação dessas coisas em meus termos, prático-poiéticos, ver *A World of Our Own: A Pragmatic-Poietic, Transformative Perspective*, *Transcience*, Berlin, v. 11, n. 2, p. 1-27, 2020, e *Pragmatismo brasileiro: Por uma filosofia de la praxis poiético-materialista*. (em Reyes e Herbert, orgs., *The Reception of Peirce and Pragmatism in Latin-America: A Trilingual Collection*. 1ed. México: Editorial Torres, 2020, p. 121-148. Vale ver ainda *An Interamerican Philosophical Conversation*, entrevista dada a Linda Alcoff and Goyo Pappas. *Inter-American Journal of Philosophy*, v. 13, p. 140-171-171, 2022, com versão em português publicada em *Cognitio*, Puc-SP, v. 23, p. 1-28, 2022, e, também na *Cognitio*, meus debates com Paulo Margutti, Marcelo Carvalho e Waldomiro da Silva Filho.

30 A esse respeito, desculpem, não posso deixar de registrar como afirmação delirante, felizmente isolada, talvez com algum sentido que me escapa, de que Giannotti, mais Bento e Porchat, “puseram São Paulo no centro das reflexões filosóficas mundiais”. Mas não digo isso para que o País seja menos ambicioso, nessa área como em qualquer outra.

31 Roberto Mangabeira Unger, por seu notável *The Self Awakened, Pragmatism Unbound* (em português, *O Homem Despertado*), por mais obras suas, inclusive sobre o Brasil, e por sua experiência com a vida política nacional, poderia eventualmente entrar nessa lista, mas ele não parece interessado em se envolver com filosofia acadêmica ou com o debate da nossa comunidade filosófica. É, porém, decisão desta que pensamento puxar para seu debate e conversação, como tentamos fazer aqui com o pensamento de Giannotti.

32 Giannotti, com senso de humor e de medida, resolveu assumir o apelido de “filósofo municipal” (uma expressão de Cruz Costa para mais gente), pelo fato de sua obra não se ter constituído em referência teórica e pé de conversa para além do município de São Paulo. Sua contribuição, entretanto, como dissemos, pode ainda ser tomada/elaborada, produtivamente, como parte da conversação filosófica nacional, se nos empenharmos em construí-la, internacional também.

nós. Temos, então, para examinar, a e b, filosofia lógico-transcendental e método estrutural, a serem tomados e superados, como dois lados, inseparáveis, da mesma moeda, como em Gaston Granger.<sup>33</sup>

Melhor ainda, porém, temos, ao final, o próprio Marx, com a singularíssima centralidade de pensamento que guarda entre nós e nessa história toda, pelo menos no que diz respeito a pensar crítica e transformadoramente nosso mundo e nosso tempo. Pois lidar *filosoficamente* com Marx vem a ser, entre nós, um bom caminho para lidar também com filosofia em geral. Temos nosso materialista histórico-dialético para, mexendo em seus pressupostos declarados, até aqui pouco considerados (pelo menos criticamente), reconstruir uma filosofia crítica melhor, produtiva, para nosso tempo, circunstâncias e práticas. Isto é, como entendo, um ponto de vista materialista, *sinnliche*, artefactual, da prática como poiésis, que dispensa sujeitos metafísicos, tanto quanto dispensa logocentrismos, linguocentrismos, transcendentalismos gramaticais e mais modas “críticas” metropolitanas, enquanto desanimadoras, quietistas, renunciantes, piedosas.

Faz alguns anos, a diretoria de nossa hoje quarentona Anpof propôs à comunidade filosófica brasileira, por sinal, hoje, grande e custosa, o desafio de finalmente alcançar sua maioridade. Nos propôs a tarefa de dar o tal segundo passo, por um esforço de autonomia, relevância e atualidade, que, certamente, dessa vez, não deveria abrir mão da variada experiência filosófica nacional, agora ampliada para outras expressões de pensamento e espírito. Tanto quanto não deveria abrir mão da variada experiência internacional de pensamento, de nossos dias, criticamente considerada, apropriada, digerida e usada.<sup>34</sup> Quem sabe, o país vem atrás.

Para esse desafio, que pode incluir um melhor método formador e uma mais refletida metafilosofia, por um lugar melhor do que aquele que o método/ideário estruturalista nos tem reservado na divisão internacional do trabalho intelectual, o que mais interessa é realizar, coletivamente, uma comunidade nacional de investigação e elaboração, com vocação para independência e criação, democrática e pluralista, ambiciosas, com vistas ao desenvolvimento, entre nós, de uma verdadeira conversação filosófica nacional, acompanhada por contribuições autorais singulares nela inseridas.<sup>35</sup> Isso sob as bênçãos, refundantes, de Giannotti e Porchat, de novo de mãos dadas e muito mais maduros, por que não? Mas também, agora, sob as bênçãos de muita gente mais, de todo lado e todo tempo, País afora.

Quanto ao País, do ponto de vista de um interesse por solidariedade e por florescimento, temos certeza de que há “gramáticas” sociais-materiais melhores, mais viáveis e necessárias, para resolver nossos problemas, para além do reducionismo linguocêntrico, no campo do pensamento, e do simples distributivismo compensatório, na organização da sociedade. “Gramáticas” essas que demandam, para além da repetição de Marx, apenas atenuado, ou remasterizado, uma melhor reconstrução de nossa filosofia prático-social, também de nossas demais humanidades, até de nossos vezos políticos. Não é o que, no fundo, Giannotti, Porchat, Vítor e bem mais gente gostariam? Vinicius sugere que convirjamos hoje para o debate de uma virada maior, em resposta a questões axiais, como “o que fazer depois da virada linguística” e “que possibilidades de não filosofar em alemão,” para o nível internacional também, por que não? Isso poderia nos conduzir, por fim, em grande estilo, ao nosso protelado, por muito tempo até esquecido, segundo passo, agora, na verdade, um ousado, ambicioso, tanto quanto bem fundado, segundo passo!

33 O registro do débito de Giannotti para com Gilles Gaston Granger merece ser reiterado, em relação ao seu particular interesse transcendental, que, no autor francês, entrelaça método (de leitura) e filosofia (a fazer), exibindo afinidades eletivas entre estruturalismo (inclusive no seu sentido mais amplo) e kantismo.

34 Para não dizer que não mencionei outras experiências, Brasil afora, e os exemplos possíveis são vários, gostaria de mencionar os memoráveis Encontros Internacionais de Pragmatismo, orquestrados pelo querido colega Ivo Ibrí, com o concurso de um afinado time de colaboradores, eventos sempre internacionalizados e plurais, onde, entre português e inglês, o confronto produtivo, de posições, sobre temas e problemas, é a marca dominante.


35 Vale mais mirar numa efetiva comunidade filosófica de investigação e elaboração, de questões e temas, em diálogo com o debate internacional e mais referências autorais relevantes, do que esperar que nasça “um Kant brasileiro” (sempre Kant!), como tenho dito ao amigo Ivan Domingues, ou um Kant de qualquer outra nacionalidade que seja, pois Kant não é perfil de filósofo ou filosofia para o nosso tempo. Ivan é autor do importante *Filosofia no Brasil* (Unesp), que, entre outras coisas, apresenta uma narrativa de formação nacional, por alguns de seus clássicos, coisa que nossa moçada filosófica frequentemente desconhece.



# COGNITIO

Revista de Filosofia  
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2024  
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2024v25i1:e65972>